



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1547778 - SP (2019/0213556-3)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA
ADVOGADOS : RICARDO SORDI MARCHI - SP154127
SERGIO RENATO TARIFA PINTO - SP277354
FABIANA BARBASSA LUCIANO - SP320144
AGRAVADO : CARLOS ROBERTO DOS SANTOS
ADVOGADOS : BRUNO DE SOUZA ALVES - SP357840
EDUARDO MARINI BORGES - SP365419
FABIANO DE CAMARGO - SP366857

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal.

Ação: de cobrança cumulada com compensação por danos morais ajuizada por CARLOS ROBERTO DOS SANTOS, em desfavor de MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA, referente a contrato de compra e venda de unidade imobiliária.

Decisão de admissibilidade do TJ/SP: inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade e Súmula 7/STJ (arts. 46 CDC, 104, 110, 147, 171, 206, 476 e 88s do CC); ausência/deficiência de cotejo analítico.

ARESP de MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES SA: a par de sustentar a invasão da competência constitucional do STJ, deixou de impugnar, especificamente, os óbices aplicados pela Corte local.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários fixados anteriormente, porquanto já

atingido o limite máximo previsto no art. 85, § 2, do CPC/2015. (e-STJ fl. 254)

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora